Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

24 DE JULHO DE 1978.

DISCURSO NA SESSÃO INAUGURAL DO V CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA, NO RIO DE JANEIRO — RJ.

Trabalhadores brasileiros.

Com real satisfação aceitei o convite formulado pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria para presidir a sessão inaugural deste V Congresso que reúne trabalhadores de todo o Brasil. Participo, ao longo de meu Governo, sempre com especial agrado, de contatos com os trabalhadores e já declarei, em inúmeras oportunidades, que o Presidente da República tem o dever de ser o trabalhador número um do País.

O povo brasileiro teve a inteligência de construir uma história quase incruenta e, se isso é, em grande parte, verdadeiro quanto à delimitação de nossas fronteiras e ao fortalecimento da unidade nacional, não deixa de sê-lo, igualmente, quanto às soluções propostas, ao correr do tempo, no quadro das relações entre categorias sociais.

O legislador brasileiro soube sempre, no campo social, antecipar-se aos acontecimentos, havendo até, em certas épocas, quem criticasse nossas instituições como excessivamente avançadas diante da realidade brasileira. Surgiram, assim, o Ministério do Trabalho, a Previdência Social, os Sindicatos, a Consolidação das Leis do Trabalho, o instituto do salário-

mínimo, a Justiça do Trabalho, com sua rede de Juntas de Conciliação e Julgamento ora em vias de grande ampliação, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o PIS e o PASEP, apenas para citar alguns dos marcos mais importantes.

Creio que hoje essas instituições se encontram adequadamente dimensionadas com nossas limitadas possibilidades econômicas.

E estou certo de que elas evoluirão, no tempo, em estreito paralelismo com o crescimento da produção nacional.

Valorizar o homem tem sido o objetivo fundamental de todos os atos de meu Governo. Essa valorização é a razão de ser dos programas de investimento fomentados, de todas as medidas adotadas no campo econômico e social, do próprio processo de aperfeiçamento de nossas instituições políticas.

Um Governo, todavia, não realiza tudo o que deseja, pois tem que agir dentro dos limites do possível.

Tomei posse numa quadra extremamente ingrata da conjuntura internacional, e que ainda perdura, com o alastramento mundial dos problemas de inflação, com os desequilíbrios dos balanços de pagamentos e com a proliferação da recessão e do desemprego em inúmeras nações industrializadas e em desenvolvimento.

O Brasil é, porém, um país que tem necessidade imperativa de criar mais de um milhão de novos

empregos por ano, em face tanto do seu elevado crescimento demográfico como do contínuo afluxo de novas faixas da população dantes economicamente inativas, compelidas que se vêem, até por exigências acrescidas da vida, no estágio de desenvolvimento que atingimos, a disputar vagas no mercado de trabalho.

Não podíamos, portanto, sob pena de grave traumatismo social, apelar para as medidas de restrição da produção e do emprego, mediante as quais várias nações desenvolvidas tentaram ajustar seus problemas de inflação e balanço de pagamentos.

Tivemos que escolher uma estratégia adaptada às condições brasileiras, estimulando exportações e substituindo importações, o que, se não evitou sacrifícios para o nosso povo, pelo menos impediu o mal maior: a exposição da sociedade a *índices de desemprego* comparáveis, se não maiores, aos que ainda hoje se verificam no mundo industrializado.

Ademais, estamos construindo, assim, as bases para um firme desenvolvimento futuro da nossa sociedade, tornando-a, inclusive, menos dependente dos suprimentos externos e menos vulnerável às crises mundiais.

Foi esse esforço que permitiu que o Brasil continuasse crescendo na época em que as crises paralisavam tantas outras nações, e que alcançássemos alto grau de respeito e de credibilidade no concerto internacional.

Dentro deste contexto da realidade brasileira e da situação econômica mundial, é que devem ser analisadas as questões que serão debatidas neste Encontro. Estou certo de que os trabalhadores brasileiros possuem suficiente maturidade para rejeitar as propostas mágicas daqueles que não têm compromissos com a realidade.

Propostas que, se postas em prática, conduziriam à hiperinflação e ao caos social, como já experimentamos antes de 1964 e tal como assistimos recentemente em muitas outras nações.

Lembro, por outro lado, que fórmulas há muito apropriadas para países com população estacionária, os quais, por isso mesmo, não precisam criar novas oportunidades de emprego, mas que não podem ser traduzidas nem transpostas para o nosso meio.

Certamente, é sempre mais fácil melhorar a qualidade quando não se tem, ao mesmo tempo, que aumentar a quantidade. Essa, a base da política social de muitas nações avançadas, cuja população praticamente não cresce.

No Brasil, essas fórmulas poderiam levar a perigosa estagnação das oportunidades de emprego, com sérios prejuízos aos jovens que tentam ingressar no mercado de trabalho, e com resultados desastrosos para a própria distribuição de renda.

É também dentro desse contexto que se deve analisar a obra de meu Governo no campo social, ao qual sempre dediquei a maior atenção, *situando aí*

o *objetivo final* de tudo o que se realizou e que se realiza nos campos político e econômico.

Já a primeiro de maio de 1974, desdobrava-se o Ministério do Trabalho e Previdência Social, na reforma administrativa inicial que me propus a realizar, criando-se o Ministério da Previdência e Assistência Social e revigorando-se o novo Ministério do Trabalho.

Valorizar o homem pela educação e pelo treinamento, tornando-o capaz de enfrentar o mercado de trabalho por suas próprias forças e tornando-o menos dependente da proteção estatal, foi preocupação dominante dos programas governamentais.

As estatísticas falam eloqüentemente dos resultados alcançados.

Quanto à formação profissional, atingimos a expressiva cifra de 3 milhões e 300 mil trabalhadores treinados em 1977, graças à coordenação de esforços de entidades como o SENAI, o SENAC, o Programa intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, a criação do SENAR para o setor rural e, ainda, graças aos incentivos dados às empresas que se propusessem a participar no esforço coletivo de treinamento da mão-de-obra.

Desenvolveu o Ministério do Trabalho, neste campo, programas especiais destinados aos conscritos, aos sentenciados, aos excepcionais, às áreas carentes, bem como às necessidades de projetos governamentais prioritários, como o petroquímico e o programa nacional do álcool.

Para melhor intermediar a oferta e a procura de mão-de-obra, instituiu-se o Sistema Nacional de Emprego.

Oferecem-se, com isso, amplas possibilidades de opção para aqueles que procuram obter seu primeiro emprego ou melhorar condições de vida e de salário.

Estendem-se já hoje, por todo o País, as agências de colocação e as matrizes canalizadoras das informações sobre as modificações no mercado de trabalho.

A identificação e registro profissional, a ampliação e interiorização dos serviços de inspeção do trabalho, a promoção de campanhas visando a vencer a guerra contra os acidentes do trabalho, com resultados, aliás, bem acima de todas as expectativas, a formação e o treinamento de dirigentes sindicais, medida indispensável para o sadio rodízio das lideranças, são alguns indicadores das linhas de ação do Governo na área trabalhista.

Merece destaque, por outro lado, o diálogo freqüentemente mantido por mim com os trabalhadores, muitas vezes recebidos em Brasília ou atendidos pessoalmente nas viagens que tenho empreendido pelo território nacional, num clima de total franqueza e amplo entendimento.

Em conseqüência da revisão, determinada pelo Governo, da Consolidação das Leis do Trabalho, instituíram-se as férias de 30 dias, aprovou-se novo capítulo sobre medicina e segurança do trabalho, assegurou-se maior autonomia aos sindicatos.

Nesse sentido, as intervenções na área sindical restringem-se praticamente, agora, a meia dúzia de casos em que as próprias categorias profissionais pugnaram para afastar administrações inescrupulosas.

Cabe também citar as alterações ocorridas no Programa Especial de Bolsas de Estudos, o qual, além dos seus projetos tradicionais referentes a matrículas nos 1° e 2° graus, abriu oportunidades para o 3° grau, ensejando, ao trabalhador sindicalizado ou a seus filhos, novo caminho de promoção social via educação.

Atingimos, neste ano, a 2 milhões de bolsas concedidas.

Cumpre, neste momento, abordar com realismo o tema da política salarial.

É evidente que os níveis salariais não são os desejados nem pelo Governo nem pelos trabalhadores.

Mas temos que reconhecer que o Brasil ainda é um país em desenvolvimento, com baixos índices de produtividade do trabalho, quando comparados aos das nações mais prósperas.

A médio prazo, conseguiremos elevar o perfil de todos os salários na medida em que sejamos capazes de aumentar não somente nossa produtividade, mas também o volume total da produção.

Isso exige o treinamento da mão-de-obra, mas, sobretudo, a acumulação de vultoso capital através

de maiores investimentos na abertura de novas áreas agropastoris e em máquinas, instalações e infra-estrutura.

A curto prazo, temos que resistir à tentação das falsas soluções. Aumentos indiscriminados de salários seriam frustrados pelo próprio agravamento da inflação, corrosiva do poder aquisitivo dos trabalhadores.

E, além do mais, poderiam resultar em sérios obstáculos à criação de empregos, no presente e no futuro.

Meu Governo procurou justa solução de equilíbrio com a promulgação da Lei 6.147, de novembro de 1974.

Desde então, os aumentos de salários têm ultrapassado os aumentos do custo de vida dos últimos doze meses; os dissídios coletivos estabeleceram pisos sempre superiores aos tetos da correção monetária e cambial; o salário-mínimo foi reajustado em percentuais ainda maiores, procurando-se atingir, dentro de alguns anos, a unidade nacional.

Acredito, de resto, que, com a qualificação da mão-de-obra brasileira e o desenvolvimento de nossa economia, o salário-mínimo se transformará gradativamente em simples lembrança de um passado de subdesenvolvimento.

Mas a política salarial não se relaciona exclusivamente com fórmulas de dissídios para aumentos obrigatórios periódicos.

É importante, de um lado, que todos nos esforcemos para combater esse mal crônico que é a inflação.

E, de outro lado, que sejamos capazes de sustentar uma política de desenvolvimento que naturalmente valorize o trabalhador *pela procura* de mão-de-obra.

A melhoria dos transportes urbanos, a política habitacional, o atendimento à saúde e educação, facilidades para o justo lazer do trabalhador e sua família, além de benefícios como o décimo-quarto salário, complementam um contexto integrado de salários diretos e indiretos que visa à melhor qualidade de vida do trabalhador brasileiro.

E registre-se que avultados têm sido os dispêndios sociais do Governo nos últimos anos, bastando ressaltar que, em 1977, o Orçamento respectivo se elevou a 330 bilhões de cruzeiros, ou seja 14% de todo o Produto Interno Bruto — dos quais mais de mil cruzeiros *per capita* foram distribuídos pelas áreas da educação — 53 bilhões; saúde — 60 bilhões; preparação de mão-de-obra — 10 bilhões.

O patrimônio líquido do FGTS, em 1977, elevou-se a 129 bilhões de cruzeiros e o do PIS-PASEP atingiu, no mesmo ano, quase 100 bilhões, beneficiando 6 e meio milhões de trabalhadores com o 14° salário.

Tenho inteira confiança na maturidade alcançada pelos nossos dirigentes sindicais.

Todos têm plena consciência de que *a casa em ordem é a única que oferece abrigo seguro para a liberdade* e que o futuro não se constrói sem o esforço diário e a devoção consciente de todas as gerações.

Desejo que este Congresso seja fecundo em sugestões positivas, exeqüíveis e adequadas à nossa realidade.

A longa experiência e o elevado espírito de cooperação dos participantes deste Encontro certamente trarão ao Governo valiosos subsídios para a necessária melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado.